

BANDIDO, FAVELADO E POLICIAL: UMA ANÁLISE DOS ESTIGMAS FALSOS NAS ARENAS DE SEGREGAÇÃO URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RIO DE JANEIRO (A FAVELA VITIMIZADA)

*Wagner de Oliveira Rodrigues **

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. As favelas na arena das cidades: palco de segregação sócio-espacial. 2.1. O contexto nacional: as favelas do Rio de Janeiro como paradigma “dualista” do fenômeno vitimológico-excludente. 2.2. As favelas de Campos dos Goytacazes: reflexo de uma segregação sócio-espacial particular. 2.2.1. Aspectos introdutórios do contexto campista. 2.2.2. As favelas de Campos: a realidade que a municipalidade não quer enxergar. 2.2.3. As condições paradoxais da cidade de Campos e a vitimização em atividade. 3. Os agentes participantes da vitimização da favela: a dinâmica cambiante. 3.1. Noções breves de vitimologia: terreno ao contexto presente. 3.2. Os agentes sociais em questão: o bandido, o favelado e o Estado. 3.2.1. O bandido como reflexo do temor social. 3.2.2. O favelado na linha de fogo entre o bandido e a polícia. 3.2.3. O Estado na pessoa do policial: imposição da lei e da ordem. 4. A interação dos agentes sociais na produção da vitimização (estigmatização) da favela: o contexto campista. 4.1. As interações dos agentes sociais bandido-favelado-policial na configuração da vitimização da favela. 4.2. Os

* Advogado atuante em Campos dos Goytacazes/RJ, Mestrando em Políticas Públicas (Direito) pela Faculdade de Direito de Campos e pesquisador do Grupo “Integração Favela-Bairro”, projeto coordenado pela Prof^a. Dr^a. Teresa Peixoto Farias, LEEA/CCH/UENF.

estigmas sobre a favela e seu habitante: desconstrução de idéias segregacionistas e vitimizadoras da sociedade. 4.3. A municipalidade campista vitimizadora de seu próprio povo. 5. Conclusões.

1. Introdução

Reconhecemos, neste trabalho, a grande batalha investigatória que deveremos assumir: ao analisar o contexto das favelas como fator de vitimização frente aos seus habitantes, e identificando tal realidade, *in casu*, na cidade de Campos dos Goytacazes, percebemos o quão o ser humano costuma se prender a coisas materiais, pequenas e mezinhas. Neste sentido é a relação estigmatizadora entre a sociedade civil e a favela e a dinâmica *bandido-favelado-policial*, que representam aqui a relação entre a criminalidade, a favela e o Estado, cada qual com um interesse distinto, mas todos em busca do que melhor lhes provém, mesmo que derive de um em face do outro através do ilícito e do ilegítimo.

Seja o que realidade for, o importante é analisarmos o quão vivos estão os agentes sociais e qual o real papel que eles desempenham. A compreensão de suas interações e o discurso que gira em torno deles é que fazem exsurgir dois poderes distintos: o poder paralelo e o poder legítimo, no *front* de lutas sociais, tendo como refém o *favelado*, vitimizado por todo este mecanismo. Ao buscar a Justiça, duplamente vitimizado. Ao reconhecermos a realidade, nosso dever de correção.

Em breve explanação do presente artigo, aqui deixaremos análises sobre este sórdido processo, sendo que a primeira delas fará a abordagem do cenário da favela, chegando a retratar nosso objeto principal – as favelas de Campos dos Goytacazes –, perpassando pela segunda, que trará à baila os agentes sociais e chegando

na terceira análise, crucial ao contexto atual, onde avaliaremos o intercâmbio entre eles e os falsos estigmas ocorridos sobre os moradores da favela, vítimas do Estado e do crime organizado, e situados entre a marginalidade de sua natureza e a segregação que outros lhos impõem. Nisto compreenderá, oportunamente, porque o Direito é o que é em face destas pessoas, consciência profícua que ousamos estabelecer desde agora.

2. As favelas na arena das cidades: palco de segregação sócio-espacial

Lidar com o contexto da vítima no palco *onde a vida acontece* nos mostra como um objeto é, ao mesmo tempo, atraente e desafiante. Ao lidarmos com precioso objeto, o da vítima no contexto de exclusão do sistema social-econômico hegemônico atual, lidamos com a face mais triste e escura das relações humanas.¹ Neste instante não estaríamos tratando daquele que se mostra como *o cidadão*, senão tão-somente como *gente*. Gente que tenta ser alguém, senão é considerado como ninguém, numa sociedade que cultua o individualismo e as relações calcadas no capital e na relação privada, que sofre nas relações de paternalismo, clientelismo, coronelismo ou qualquer outra atividade ligada à atribuição de dádivas e concessões em prol de uma *dignidade de momento*, para as situações de maior

¹ Neste sentido é de "utilidade utilíssima" abordarmos uma observação feita por ERMÍNA MARICATO sobre HARVEY (1996:75) sobre como o sistema neoliberal fomenta a desigualdade social até nos países de primeiro mundo. Diz a mesma que *a fragmentação, a dualização, a favelização e o isolamento da pobreza atingem as cidades britânicas e norte-americanas causados por uma transição no regime de acumulação*, provocando verdadeiras segregações sociais em torno da sobrevivência e da manutenção do padrão de vida que até antes, com o sistema de *welfare state* os europeus (principalmente os ocidentais) tinham.

penúria deste cidadão. Gente que é mais vítima que qualquer outra vítima.²

A figura do *favelado* exsurge num estigma que denota sua condição de *menor* cidadão, *menor* ser humano, dentro de uma sociedade que se baseia na política do consumismo e da alienação.³ Conceitos paralelos e, ao mesmo tempo, paradoxos.⁴

Assim, como lidarmos com o contexto de dois mundos que, quando se inter cruzam, produzem a vitimização e o sofrimento recíprocos? E se não são recíprocos, quem é o algoz e quem é o vitimado?⁵

2.1 O contexto nacional: as favelas do Rio de Janeiro como paradigma “dualista” do fenômeno vitimológico-excludente

O Brasil sempre foi, por sua própria *construção social* um país vitimizado. Deste modo, ao colocarmos o Rio de

² MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 11. A observação quanto à obra desta autora é relevante quando é reconhecível, através de relato da mesma, um verdadeiro *apartheid* social, configurando, ao final disto, violência urbana. Violência de muitas matizes, não daquela vinda puramente do *favelado*, conforme iremos asseverar no decorrer do presente trabalho.

³ Em virtude do que se aduz é que não podemos refutar à observação colocada por ELIZABETH FIGUEIREDO, quando nos mostra, através da globalização, o quanto o homem buscou no seu desprezo como pessoa humana para abarcar, numa sociedade virtual, toda sua hipocrisia e omissão em relação ao semelhante (KOSOVSKI, Éster. Globalização e Vitimologia In: *Temas de Vitimologia*. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2000. p. 27)

⁴ MARICATO, Ermínia. Op. cit., nota 2, p. 74.

⁵ Adotaremos aqui o termo *vitimização* como aquele em que se configura numa ação ou o efeito de alguém (indivíduo ou grupo) se autovitimar ou vitimar alguém (indivíduos ou grupos) - KOSOVSKI, Ester [et.al.]. Cidadania para a vítima. In: *Revista Tribuna do Advogado*. Rio de Janeiro: OAB/RJ, 2003. - Cabe aqui salientar que a vitimização ainda pode assumir diversos aspectos, conforme a própria autora acima menciona, como a *vitimização coletiva*, que nada mais se trata do que o caso presente, frente à segregação das favelas, ou a *vitimização secundária*, derivada da dupla vitimização que o aparelho jurisdicional ocasiona (sobre este último termo: CALHAU, Lélío Braga. Vítima, justiça criminal e cidadania: o tratamento da vítima como fundamento para uma efetiva cidadania In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. ano 8, jul/set 2000. São Paulo : Revista dos Tribunais, p. 229).

Janeiro como paradigma de análise sobre o surgimento das favelas na seara nacional, estamos colocando toda a criação desta especial forma de exclusão sócio-espacial aplicada ao contexto urbano, principiadas desde a primeira década do século passado, e perpetuadas em toda a arena urbana nacional.⁶

Neste ínterim, é importante ressaltar que sempre foi (e é) o capital quem ordena as modificações estruturais da sociedade.⁷ Com isto é que prosseguiu firme a reforma urbana de Pereira Passos, nos idos de 1914, realizada na cidade do Rio de Janeiro, vindo a contribuir para que, com a urbanização da cidade com vistas a receber a estrutura para o capital estrangeiro e a circulação de bens e mercadorias pela metrópole, o evento da *favelização* se tornasse mais presente, contribuindo para que, atualmente, tenha a mesma cidade mais de quatrocentas favelas, sendo estas no entorno de bairros nobres, centrais ou em periferias, antigas ou novas, como demonstram as últimas pesquisas feitas pelo Instituto Pereira Passos da Prefeitura do Rio de Janeiro.⁸

Para isso temos a colaboração de ÁLVARO MAYRINK DA COSTA, quando nos informa precisamente sobre o processo de concentração segregacionista que resulta na favelização existente. Para o autor, a partir do momento em que o fluxo de crescimento urbano oscila temos uma receptividade de migração e imigração que traz para a cidade uma concentração maior de demanda por emprego e renda.⁹

⁶ Sem desprezo dos cortiços e moradas irregulares, como por sob vias públicas, que também abrigam contingentes excluídos do sistema atualmente em vigor.

⁷ MARX, Karl. Manifesto Comunista. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1999. p. 34.

⁸ Dados apresentados pelo OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. Favelas/Comunidades de Baixa Renda no Município de Campos dos Goytacazes, boletim nº 5, Agos./2001. Campos dos Goytacazes: Observatório S. R. N. Fluminense, 2001. p. 15

⁹ COSTA, Álvaro Mayrink da. *Raízes da sociedade criminógena*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997. p. 225.

Uma vez que isto não ocorre, temos então a figura do trabalho informal e a voluptuosidade à atividade ilegal, configurados nas mais diversas modalidades de ilícito, principalmente o tráfico de drogas e o crime organizado, uma combinação que se tornou uma constante no Rio de Janeiro e serviu como modelo de sustentabilidade do ilícito pelas cidades afora.

Nesta mesma diretriz temos a *agressividade do processo de urbanização, a incapacidade de Governos e dos centros urbanos para apresentar soluções no ritmo precioso*¹⁰ em face de todas as demandas sociais que urgem em favor não só daquele que (i)migra, mas também do que alcança idade para o trabalho, constituindo verdadeiro conflito de interesses – resultante em todas as formas de violência funcional no entorno do (sub)emprego almejado.

Sem contar na omissão do Estado em promover as políticas necessárias para a inclusão do cidadão na sociedade, através de sua atividade laboral. Ora, se no Brasil já presenciávamos uma negação negociada dos direitos de cidadania durante os anos 60 e 70, agora vemos a atuação explícita do Estado brasileiro em negar, cada vez mais, aspectos básicos como saúde, educação e emprego. Que esperar mais de um cenário como este?¹¹

¹⁰ COSTA, Álvaro Mayrink da. Op. cit., nota 9, p. 257.

¹¹ MARICATO, Ermínia. Op. cit., nota 2, p. 74. Colocamos aqui o aspecto da *negação negociada* em face da política, repressiva do regime militar em vigência na época, mas também concessiva de certos direitos sociais, na medida em que certos direitos civis – e até mesmo políticos – fossem negados ou suspensos à coletividade. E o caráter negociista da negação destes direitos não estão, por sua vez, vinculados a um ato bilateral de vontades, visto ser o Estado a mão opressora de então. Porém, atenhamo-nos o termo com uma metaforização assaz ao contexto ora presente.

2.2 As favelas de Campos dos Goytacazes: reflexo de uma segregação sócio-espacial particular

2.2.1 – Aspectos introdutórios do contexto campista

Ao falarmos de uma cidade como Campos dos Goytacazes, não se fala de uma cidade qualquer, cujas características registram uma população de médio porte e uma economia meramente estratificada. Fala-se de uma cidade com as virtudes de inúmeras fontes de oportunidades e de condições de progresso, em diversas atividades setoriais, desde as do setor primário até o setor terciário, perpassando pelos pólos universitários e pelo petróleo, minério que sustenta não só a condição de vida de diversos munícipes, mas também da Administração Pública municipal que, por sua vez, recebe dezenas de milhões de dólares todos os anos com as participações governamentais da exploração do petróleo, sendo tal *ouro negro* concentrado em sua bacia marinha.

Ou seja, na abordagem de uma cidade como Campos dos Goytacazes, a imagem que se projeta em diversos cantos da região, senão a nível nacional, é da existência de um *Kuwait* ou um *Qatar*, onde partem diversas pessoas a esta cidade em busca de uma colocação nos setores de construção civil, petrolíferos, serviços e, no último dos casos, aperfeiçoamento e profissionalização, pelos mais de sete centros universitários instalados nesta cidade.

Neste sentido, é de se reforçar que o caráter (i)migratório nesta cidade se mostra imponente, senão imperante, no quadro sócio-ocupacional registrado. Sem contar o reflexo das cidades da Região Norte-Noroeste Fluminense, que, dentro do quadro de desenvolvimento regional, em uma observação bastante assaz feita por FANY DAVIDOVICH, assevera que, dentro do quadro estadual:

a análise do incremento populacional traz subsídios para caracterizar um contexto urbano e industrial, o do Estado do Rio de Janeiro, que deixou marginalizados determinados segmentos do território, traduzindo acentuada seletividade espacial e desperdícios de capital fixo instalado, principalmente em cidades tradicionais do norte e noroeste fluminense, que tem revelado fraco desempenho demográfico e econômico.¹²

Assim, maior é ainda o impacto causado em torno da responsabilidade socioeconômico imposto a esta cidade, que não só suporta a migração de pessoas de outros Estados do país, mas também agrega na sua malha urbana gente das cidades vizinhas ou regiões do próprio Estado do Rio de Janeiro que, como aqueles, colocam toda sua fé numa cidade de características reais obscurecidas.

Por causa destes pressupostos é que, vindo o cidadão até a esta cidade, não encontra outro lugar a se instalar a não ser nas periferias da cidade. E só na cidade de Campos dos Goytacazes, concentra-se mais de trinta favelas, segundo dados do Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense, em boletim emitido em agosto de 2001.¹³ E as situações são das mais variadas possíveis, que ora se confunde a cidade como uma *cidade grande mal-resolvida*, ora se encara como uma *cidade de interior que parou no tempo*.¹⁴

¹² DAVIDOVICH, Fany. *Comentando o crescimento populacional do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002. p. 08.

¹³ OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. Op. cit., nota 8, p. 23. O mesmo estudo revela que a proporção entre favela-habitante é igual, se comparado com o município do Rio de Janeiro, reproduzindo o alarma que se alardeia no entorno da segurança pública e da violência desempenhada nestes núcleos segregacionistas sócio-ocupacionais.

¹⁴ *Passim*.

2.2.2 – As favelas de Campos: a realidade que a municipalidade não quer enxergar

Fica inviável não fazer alusão, neste presente, a alguns aspectos que fazem parte do cenário segregacionista da municipalidade em estudo. Inicialmente, como sabemos, segregacionismo está, diretamente, vinculado à violência e, com isto, à vitimização.

Deste modo, as favelas da cidade de Campos dos Goytacazes estão distribuídas em quase toda sua malha urbana e distrital, habitando mais de dezesseis mil pessoas em quase cinco mil domicílios presentes. E, no entanto, o que se tem constatado é o aumento de domicílios, e não mais de favelas, uma vez que, a partir da década de 1990, as favelas têm-se mantido em mesmo número nesta municipalidade.¹⁵

Alguns fatores têm sido motivos de intensificação de densidade nestas favelas, como é o caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense, que por oferecer serviços à comunidade, teve o seu entorno – que já ocupava algumas favelas – intensificado, consolidando uma espécie de dualização urbana, poucas vezes perceptível no país, como é o caso do Rio de Janeiro.¹⁶

Em outros pontos da cidade, são as instalações viárias (geralmente rodovias estaduais e federais e as ferrovias) que trazem a extensão das favelas, principalmente nas periferias da cidade. Assim é a favela do Rio Ururaí, da Margem da Linha e da Ilha de Ururaí. Neste sentido, toca no assunto o boletim quando assevera que *nesta Favela* (Ilha de Ururaí), o espaço foi se esgotando pela presença de loteamentos, por alguma

¹⁵ OBSERVATÓRIO SÓCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE
Op. cit., nota 8 e 13

¹⁶ Termo este disposto por: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz, [et. al.]. *A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ANPOCS/ IPPUR-UFRJ, 2000.

urbanização e pelo conseqüente esgotamento do espaço para novos domicílios do estilo das favelas. A redução de 52 domicílios na Ilha de Ururaí acaba compensada e superada pelo crescimento de 64 domicílios na Favela do Rio Ururaí, que oferece espaço para novas construções e por sofrer menos a ação da violência e do tráfico de drogas. Este ambiente possibilita a convivência de núcleos de família e trabalhadores que atuam profissionalmente nos empreendimentos próximos à localidade de Ururaí: postos de gasolina, Shopping-Estrada etc.¹⁷

Neste sentido, e com as análises de LUCIANA CORRÊA DO LAGO, vemos que também, ao exemplo da cidade do Rio de Janeiro, as pessoas das favelas campistas se projetam como moradores de uma *comunidade*, *pari pasu* ao fato de discriminarem, como disputa simbólica, outras favelas próximas ou distantes, tudo em face do acesso ao direito à cidade, nem sempre garantido pela mesma municipalidade, favorecendo assim a adesão das massas ao clientelismo de movimentos ilícitos, como o tráfico de drogas.¹⁸

Tais movimentações proporcionam um verdadeiro exercício pleno de Contra-poder em face da Administração municipal que, através de suas *políticas* direcionadas ao contexto, não consegue alcançar com a totalidade de suas intenções, geralmente abstratas no Plano Diretor e na Lei Orgânica do Município. Mesmo assim, e não obstante tal fato acima ser um gravame considerado *incorrível* para muitos, não é de se desanimar que, com a atuação da legítima política da municipalidade, aliado a urbanistas de bom senso, se possa obter um certo sucesso na implementação de novas ações a estas comunidades.

¹⁷ OBSERVATÓRIO SÓCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE Op. cit., nota 8 e 13

¹⁸ LAGO, Luciana Corrêa. *Favela-loteamento*: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/anpur2003_lago.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2003.

2.2.3 – As condições paradoxais da cidade de Campos e a vitimização em atividade

Todavia, as situações são, por vezes, tão diversas e paradoxas que, ao final, chega-se a perceber que enquanto a Administração municipal não implementar uma política de regularização urbanística e fundiária, a desordenação urbana fará com que as favelas se expandem, a criminalidade aumente e os cidadãos segregados reforcem, ainda mais, o estigma outrora impetrado na dura realidade *campista*.

E, no entanto, um paradoxo se extrai, no sentido de se impor, aqui, um ponto que foge a qualquer realidade: se uma vez temos uma cidade com pouco mais de quatrocentos mil habitantes, e uma renda *per capita* de pouco mais de mil reais, vislumbradas as participações governamentais e a receita municipal, por que ainda existe uma vitimização gritante dos variados centros de segregação da cidade? A que ponto as participações governamentais do petróleo e as rendas diversas da municipalidade estão diminuindo este fosso de desigualdade social?¹⁹

Neste sentido é de perguntarmos sobre a questão da violência e da vitimização em Campos dos Goytacazes. Ora, se temos, num processo geral – que toma como paradoxo a cidade do Rio de Janeiro – um sistema de desemprego e desatuação do Estado (seja qual ente federativo for), aliado a um quadro paralelo de violência e criminalidade, qual o destino que Campos dos Goytacazes tomará neste processo de segregação urbana, com relação aos *favelados* da urbe de hoje? E quem são os

¹⁹ Campos dos Goytacazes está na posição 1.818º no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), com uma situação *per capita* em R\$ 1.077,99 por habitante (UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. Petróleo, royalties & região. Campos dos Goytacazes: UCAM/Cidades, boletim ano 1, n.1, set/2003, p. 8). Situação contraditória se esperarmos de uma superpopulação urbana uma diminuição de renda neste sentido (PIEADADE JÚNIOR, Heitor. Op. cit., nota 13, p. 204).

agentes sociais que irão interagir para que esse processo desencadeie?

3. Os agentes participantes da vitimização da favela: a dinâmica cambiante

3.1 Noções breves de vitimologia: terreno ao contexto presente

Fica páreo para qualquer um identificar quem é vítima e quem é o algoz. No entanto, quem são ambos? Qual a relevância dada a estes dois personagens comuns pela Vitimologia, por mais evidente que seja? Neste sentido é que, para efeitos de introdução a este presente capítulo, nos reporta o dever de especificar, em breves linhas, a Vitimologia e os seus pressupostos.

Inicialmente, esta é uma ciência que vai além de mero *estudo científico da vítima*.²⁰ Vítimas, e aí vai a contribuição de MENDELSON neste sentido, são todas aquelas que sofrem um atentado contra si, e não apenas de crimes.²¹ O que induz à hipótese (verdadeira, por sinal) de que *vítima sempre existiu, mas não lhe era dada relevância, era encarada como apêndice do binômio crime-criminoso*.²²

Por isto o preciso estudo delimitar, acerca da vítima e das suas variantes, o que se pretende abordar como estudo das vítimas presentes nos centros de segregação sócio-

²⁰ Conforme bem assevera ANA SOFIA SCHMIDT DE OLIVEIRA, quando estabelece que, ao mesmo tempo em que é limitado o campo científico de estudo, é aberto o objeto, por não se situar claro na árvore das ciências. Mas é um ponto de partida para a configuração de suas variações (OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. *A vítima e o direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 73).

²¹ MENDELSON. *Apud* OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. Op. cit., nota 20, p. 75

²² KOSOVSKI, Ester. Uma nova ciência. In: *Revista Menorah*, nº. 415, jan/94. Rio de Janeiro, 1994. p. 14.

espacial das cidades. É que, na realidade, estamos lidando com legítimas *vitimizações coletivas*, decorrentes de problemas sociais que atingem o *mais mezinho dos direitos: o direito à vida e à qualidade de vida condizente com a riqueza do ambiente e do contexto*.²³

Precisando o aspecto jurídico a que este trabalho se corrobora, ANA SOFIA SCHMIDT DE OLIVEIRA apresenta o conceito jurídico de vítima, apresentando-a como o *sujeito passivo constante ou eventual, principal ou secundário*.²⁴ Isto se mostra em virtude de, na grande maioria dos delitos praticados contra a vítima, ser o *Estado* o primeiro legitimado a se pronunciar, por chamar a si a auto-vitimização, ao dizer representar a *sociedade ofendida*, abarcando então a norma jurídica a expressão vítima da mais ampla forma possível, seja em relação a patrimônio, à vida ou à honra subjetiva próprias.

Num segundo plano, é preciso estabelecer que as vítimas são, em geral, não somente os *favelados* do sistema, mas toda a sociedade. Nesta sociedade, poderíamos incluir aqui o bandido e o policial, o comando-paralelo e o Estado? Acreditamos que sim. E isto fica presente em Campos dos Goytacazes, uma vez que a criminalidade atinge a todos os bairros da cidade, desde o centro urbano que é praticamente desprotegido no período noturno (quando mal protegido durante o dia) até os bairros afastados e as favelas, que geralmente sofrem a intervenção da polícia para *repressão ao tráfico e ao crime organizado* e não, propriamente, para a segurança do local. Tal é a construção social que tentaremos demonstrar *infra*.²⁵

²³ KOSOVSKI, Ester. Op. cit., nota 22, p. 15.

²⁴ OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. Op. cit., nota 20, p. 81.

²⁵ Em outras palavras, a segurança que se estabelece é do centro para fora, do núcleo urbano para a periferia, de tal forma que o cidadão da urbe é o mocinho e o "favelado" o bandido. Aliás, traço peculiar, suscetível em várias cidades brasileiras. FIGUEIREDO, Pedro de Oliveira. A violência urbana e suas vítimas. In: LEAL, César Barros. [et. al.] *Violência e vitimização: a face sombria do cotidiano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

3.2 Os agentes sociais em questão: o bandido, o favelado e o Estado

Num ambiente segregacionista, tal qual seja a favela, não desprezaremos aqui a análise isolada do bandido, do favelado e do policial como os três principais agentes de interação vitimizatório que existem na sociedade atual, sem desprezarmos outros atores sociais também vítimas de discriminação, como a mulher, o idoso, o negro, a criança, dentre outros.²⁶

Como acredita a Sociedade alienada pela mídia e pelo Estado, a favela é o local onde convergem os mais diversos e perniciosos personagens, fruto da negação daquela mesma sociedade pela inserção dos *favelados* na cidade legal, negando-os o acesso à mesma, ainda que a caráter ideológico.

Assim, fica difícil dizer sobre os agentes sociais abaixo se não ressaltarmos que a mesma sociedade, enquanto grupo coeso e organizado, também é um poderoso agente social, instrumento de massa e de dominação sobre aquilo e aqueles que representam o *avesso ao normal*. Até chegarmos a ponto de *banalizarmos o crime e aceitarmos a violência do próximo como natural*.²⁷ No entanto, acreditamos que a exposição sobre a sociedade civil e suas reações à interação bandido-favelado-polícia ficarão mais bem atrelados quando, abordarmos as interações entre estes agentes e os estigmas sobrecarregados sobre os que vivem na favela, reflexo de uma educação voltada ao contexto segregador e vitimizador das cidades brasileiras.

²⁶ KOSOVSKI, Ester. Op. cit., nota 22, p. 15.

²⁷ DEJOURS, Christophe. Sofrimento, trabalho, ação. In: *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 137.

3.2.1 O bandido como reflexo do temor social

Quem é o bandido na sociedade atual? Será que é somente aquele que reside na favela, e que atenta contra a vida e o patrimônio dos cidadãos da cidade legal? Será que é aquele pardo ou negro, de idade jovem (15 a 30 anos), pobre e que se envolve com o tráfico de drogas ou afins?²⁸ Certamente, há uma visão etnocentrista de bandido na nossa sociedade. Não conseguimos ver o bandido a não ser na figura do *preto, pobre e favelado*. O estigma sobre estes três fatores baixa forte sobre qualquer um que apresente as características acima.

Destarte este quadro, poderíamos ter outros bandidos, se o bom senso nos deixar entreter em pensamento. É possível imaginar no político-bandido, no empresário-bandido, no *branco-bandido*. Mas o estigma que sobrecarrega a face já trabalhada e sofrida do favelado pesa ainda mais na hora de *produzir o bandido* e vitimizar naquele o *carrasco da sociedade*. Não que deveríamos, a partir de agora, inocentar o bandido que *mora* na favela. Mas o dito puro e simples não existe porque a vida, em muitas das vezes, não oferece ao munícipe segregado a opção de outro acesso à cidade legal senão esta. O sistema por si constrói o infrator, e ao mesmo tempo luta para destruir a sua própria criação.

Assim é a conclusão que podemos chegar quando, nas análises interpostas por ERMÍNIA MARICATO, estudamos a origem do bandido. Senão, vejamos.²⁹

²⁸ GAROTINHO, Anthony [et al]. *Violência e criminalidade no Estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas para uma política democrática de segurança pública*. Rio de Janeiro: Hama, 1998.

²⁹ Sem perspectiva de trabalho ou pelo menos da segurança de um trabalho regular; sem estímulo para estudar, discriminada pela cor e pela pobreza; envolvida por intensa publicidade que liga felicidade ao padrão de consumo inatingível; participe de uma realidade social desigual e arbitrária, além de fetichista, na qual convivem extremos de carências básicas e o consumo conspicuo; submetida a uma relação de favor com os políticos. Crescendo em contato com a violência do cotidiano e tendo o crescente aumento das drogas como possibilidade de fuga e eventualmente de ganhos rápidos e

a) O (i)migrante, quando chega na seara urbana, não encontra – geralmente – outra forma de estabelecer moradia, senão na periferia das cidades, já consolidadas como quadro de segregação e vitimização social.

b) Sabe-se que, na periferia, os aparelhos estatais são precários, senão inexistentes, e as condições de sobrevivência gritantes. Não obstante isto, o responsável (às vezes não só ele) pelo grupo familiar deve encontrar um *emprego* para a subsistência do mesmo.

c) Não encontrando emprego, tampouco assistência estatal neste sentido, recorre ao emprego informal, geralmente ilícito, senão busca, de forma convexa, formas de propiciar suas necessidades através de redes de ajuda incondicional ou socorro sob prestação negociada, respectivamente. Salienta-se aqui o caráter clientelístico que é desempenhado na central política. O voto, aqui, se torna negócio hábil e barato.

d) E quando não encontra assistência estatal ou paraestatal? Fica aqui a questão limítrofe entre o verdadeiro bandido (ligado à atividade ilícita por pura opção pessoal) e aquele que age pelo *estado de necessidade*. Ou seja, aquele que não encontra amparo em nenhum dos setores acima, nem encontra emprego na cidade legal, não vê outra alternativa senão o ingresso no mundo do crime e a banalização da injustiça social como ideologia imposta pelo criminoso.

Criminalizá-lo pelos torpes atos, generalizando no todo violento o que a cidade sofre? Ou empatizar-se com a causa do excluído? Parece que a primeira alternativa é a que tem sido a mais adotada pela sociedade civil, sob a voz do Estado e da mídia. Já assinalamos que é o fato do homem, pardo ou negro e de idade entre 15 e 30 anos, pobre e desempregado que encontra, no mundo do crime,

fartos, essa é a realidade da imensa massa de jovens que habitam as periferias metropolitanas. Com a ausência de cidadania, o terreno é fértil para o desenvolvimento do crime organizado, por meio do tráfico de drogas. Vide MARICATO, Ermínia. Op. cit., nota 2, p. 82.

a *escola para a vida*, ou para sobreviver a ela. E quais são os meios para se buscar a ressocialização deste ser vitimado? O Estado ainda não apresentou esta resposta e troca, como quem gostaria de custear seu silêncio, verdadeiros *cheques por cidadania*, como se ela tivesse preço certo e prestação limitada.

3.2.2 O favelado na linha de fogo entre o bandido e a polícia

Pelo exposto suso fica perceptível, então, analisarmos o porquê daquele que vive em um ambiente totalmente excludente ser acusado, pela Sociedade da cidade legal, de bandido. Torna-se, desta forma, uma grande vítima de todo este processo supramencionado. Ele é a *vítima por excelência, a pura-vítima*.

Isto se afirma com propriedade em face de dois fatores: a ausência do Estado nas políticas públicas e a intervenção coativa do crime organizado, nomeando como sede de suas práticas ilícitas aquele que já fora vitimizado por aquele pela sua exclusão e abandono.

Por isso a impressão, em primeiro lugar, da ausência do Estado no fomento aos programas sociais frente à sociedade, no sentido de minimizar ainda mais a concessão às escolas, à saúde, à segurança pública, dentre outros, sempre relegando aos seus entes inferiores tal responsabilidade.³⁰

No entanto, se para a sociedade da cidade legal este fato se tornou *novidade*, na favela tal fato já está enraizado no seio daquela comunidade, uma vez que são *principalmente – ainda que não só – os de baixo que*

³⁰ Não é à toa que ficou fácil para a União e para o Estado se escusarem de atuar nos programas sociais, relegando aos municípios tal *dever*, geralmente de pesado fardo para levar sozinho. Neste sentido, SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. *Descentralização e poder municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

*pagam a conta da insegurança pública, da violência mais grave, da criminalidade letal.*³¹

Em Campos dos Goytacazes, das mais de trinta favelas existentes pela municipalidade, duas se destacam pela midialização provocada em torno delas: a favela *Tira Gosto* e a favela *da Baleeira*. São redutos de segregação social expressivos, localizados em áreas de risco (beira de rio) e que representam o ponto central do narcotráfico e do crime organizado da cidade. Não obstante realmente serem locais de tráfico e de alta periculosidade, as pessoas que vivem ali são as vítimas mais próximas e reais deste processo de relação entre o bandido e o policial.³²

Reflexo do abandono do Estado às comunidades deste porte até se transformarem, elas mesmas, em reféns do tráfico de drogas e crimes afins. É em virtude disto que surge aqui um novo cenário, que é a presença das ditas *subculturas locais*³³ ou *subculturas delinqüentes*³⁴, que imperam junto àquela comunidade um estilo de vida diverso da hegemonizada pelo Estado, contrariando, geralmente, os valores morais e éticos, as noções acerca de família e a constante coação e uso da lei do mais forte.³⁵

³¹ GAROTINHO, Anthony. Op. cit., nota 28, p. 51.

³² Para isto, vide entrevista com a Prof.^a Dr.^a Teresa Peixoto Faria. In: MONITOR CAMPISTA. Reféns do Preconceito: pesquisadora da UENF atesta que favela não é sinônimo de violência. Campos dos Goytacazes: *Jornal Monitor Campista*. Edição de 23 e 24 de março de 2003, p. 4.

³³ MARICATO, Ermínia. Op. cit., nota 2, p. 84.

³⁴ A subcultura não reforça a cultura dominante, mas sim se contrapõe a ela ou pelo menos é divergente dela (...) o crime resulta da interiorização e da obediência a um código moral ou cultural que torna a delinqüência imperativa. ESCOBAR, Alceu Streher. Sociedade e violência. In: LEAL, César Barros [et. al.]. *Violência e vitimização: a face sombria do cotidiano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 21.

³⁵ Existe uma posição contrária quanto a este estado de coisas: não seria, *ipso facto*, uma relação de contrapoderes entre o traficante e o Estado, mas sim uma nova forma de sociabilidade. Neste sentido, a organização privada da violência nas cidades brasileiras atuais não é nem desviante, como pensa a explicação dominante, nem se constitui em um conflito de legitimidade – seja direto, seja através de alguma mediação – entre grupos ou categorias politicamente orientadas; ela se constitui como um processo de legitimação de novas regras de convivência associadas a conteúdos de relações sociais também originais, instituindo um novo padrão de sociabilidade.

3.2.3 O Estado na pessoa do policial: imposição da lei e da ordem

Depois de especificados as posições do bandido, do *favelado* e, indiretamente, da sociedade, aqui tentaremos retratar, ainda que com a complexidade que se impõe neste assunto, a respeito do Estado como entidade e a figura do policial como instrumento desta entidade. Desta forma é que o policial aqui será referido, como aquele que atua dentro da seara da favela, impondo a lei e a ordem oferecidas (senão impostas, em certas vezes) pelo mesmo aparelho que lho mantém para defesa de sua legitimidade, tal qual seja o mesmo Estado.

Por isso este laço de mutualidade e comensalismo interpostos entre o Estado, enquanto Sistema maior, e o policial (militar ou civil) como instrumento de coerção e manutenção da *pax urbe*, seja a que custo for. E veja-se que não é prática apenas em face do policial, primeira e última alternativa para a manutenção da lei e da ordem nestes centros segregados. A própria coletividade é atingida por estes mesmos laços quando, por via torpe e ilegítima, o dever de concessão de cidadania é trocado por uma *condição por cidadania*, invertendo o seu próprio papel dentro da sociedade.

Muitas vezes é o próprio policial que vive um dilema: uma vez que mora na favela, e tem seu emprego numa corporação *militar* com vistas a defender os interesses do Estado que segrega os vizinhos da própria comunidade, como defender a cidadania na ausência da mesma? Será ele um algoz e, ao mesmo tempo, vítima? Fica aqui a grande questão.

Também não podemos, de tal forma, desprezar a figura do Estado e produzir uma situação anarquista ao cenário social. É necessário que uma força maior, sob representação legítima de todos, possa traduzir em políticas verdadeiramente sociais os anseios de todos. No entanto, é preciso que um Direito novo surja em função

da proteção legítima da vítima e da punição ressocializadora do criminoso, como tradução de um legal controle formal. É preciso reformular o Estado, para que ele traduza *cidadania*, e não *estadania* à coletividade.³⁶

Por isso é que o mesmo não pode utilizar o algoz que produz, frente à comunidade, para, logo após, subir nos palanques e *prometer* segurança pública à população, iludindo-a com mega-operações deflagrantes, midiáticos e vitimizadores, atacando os fins sem sanar os meios de onde essa violência acontece.³⁷ Afinal de contas, qual o interesse verdadeiro do Estado com relação à violência social: sanar as desarmonias sociais ou perpetuá-las a níveis toleráveis, com o precípua objeto de utilizar a situação para ganho de apoio eleitoral e exercício da sua máquina clientelística sobre a população em geral? Majorar a qualidade de vida ou os impostos em face da violência final, da qual ele não participa ativamente, mas omissivamente?³⁸

Tal interatividade ocorre de que tal maneira na produção da vítima? O Estado produz a vítima? O bandido vitimiza o cidadão? O cidadão (*favelado*) se auto-vitimiza e usa a *lei do talião*? E o Estado e o bandido, quais são as interações vistas em ambos? É a desconstrução ideológica que tentaremos expor em seguida.

³⁶ COSTA, Álvaro Mayrink da. Op. cit., nota 9, p. 117. Fica-nos tentador mostrarmos a posição sobre este contexto de desproteção legal a partir de ESTER KOSOVSKI, senão vejamos: "*todo o nosso arcabouço jurídico está centrado no criminoso-polícia, Ministério Público e Defensoria. O objetivo sempre foi perseguir e punir o autor do delito. A vítima não está em igualdade de condições, não tem defensor nem chance de falar durante o processo*" (KOSOVSKI, Éster. Cidadania para a vítima. In: *Tribuna do Advogado*, jul/2002. Rio de Janeiro: OAB/RJ, p. 24.) Ou seja, é urgente protegermos a vítima, principalmente da favela, de todo este processo segregador e violento, impedindo que a vitimização do Estado e do narcotráfico continue cada vez mais forte.

³⁷ MARICATO, Ermínia. Op. cit., nota 2, p. 84.

³⁸ ESCOBAR, Alceu Streher. Op. cit., nota 34, p. 26. Em virtude disto tudo é que o Estado é o grande paradoxo comportamental da sociedade, ora mocinho da sua própria história, ora bandido de seu próprio povo.

4. A interação dos agentes sociais na produção da vitimização (estigmatização) da favela: o contexto campista

Com o passar do contexto os aspectos referentes à *vitimidiação*³⁹ e a relação de cada um dentro do contexto vitimizador serão abordados. Neste sentido é que, no grande palco da vida, os agentes sociais se interajam e descubram, ou obscureçam, entre si seus valores, conceitos e preconceitos, fazendo daí surgirem reflexos na legislação penal e na ação vitimizadora sobre as favelas, tendo estas como pano de fundo.

4.1 As interações dos agentes sociais *bandido-favelado-policial* na configuração da vitimização da favela

Vivemos, sem sombras de dúvidas, na sociedade do medo.⁴⁰

Esta é a situação a que chegamos, quando vemos na sociedade vários fatores que produzem este estado de constante apreensão com o meio e com o semelhante. Se de um lado temos a *minoría*, representada na pessoa do favelado, que sofre a estigmatização de *bandido*, porque pode vir a ser um autor de violência, de outro temos a grande maioria, consubstanciada na massa da sociedade legal que, por sua vez, chama a si o título de vítima e produz o algoz, junto do Estado e do traficante, naqueles que moram em locais segregados.

³⁹ Termo designado à violência praticada pela mídia, seja qual for o veículo de comunicação, em face dos vitimados. Neste sentido: PACHECO, Cid. *Vitimidiação – A vítima e a mídia*. In: KOSOVSKI, Ester. [et. al.] *Temas de vitimologia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p. 155.

⁴⁰ MIOTTO, Armida Gergamini. *Vítimas da violência nos grandes centros urbanos: o medo continuamente estimulado*. In: *Fascículo de Ciências Penais*, ano 5, v.5, n. 4 out/nov/dez 1992. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, p. 59.

A situação pode chegar a tamanho complexo que até entre aqueles segregados haja, entre si, sentimento de repulsa e ojeriza pelo que se *parece* mais bandido. É a inversão de valores, disseminada, em boa parte, pela mídia que sustenta esta *indústria do medo*.

Quando ligamos os televisores no fim de tarde, e quando vemos programas que produzem verdadeiros estereótipos sobre a figura da periferia, acabamos de dar de cara com esta mesma indústria do medo que, ao mesmo tempo que produz uma *defesa passiva*⁴¹ por parte da população, introduz escopos ao Estado para cobrar mais impostos e taxas sobre a segurança pública, reanima as intrigas entre as fronteiras dualistas da sociedade e provoca maior lucro com publicidade e propaganda, relacionados ao item *segurança*, que passou a ser item de compras, como se estivesse em uma loja qualquer.⁴²

Em brilhante lição, ERMÍNIA MARICATO estabelece a relação que se impõe entre os três. Diz ela que:

*A violência e o medo passam a fazer parte do cotidiano nas áreas concentradoras de pobreza. A violência presente nas condições ambientais e urbanas de vida e também na relação de trabalho, soma-se a convivência com a execução sumaria de parentes, amigos ou vizinhos, mais frequentemente de jovens. As mortes podem ter origem nas brigas de gangues, mas também podem resultar da ação de bandidos ou dos próprios policiais.*⁴³ (grifos nossos)

⁴¹MIOTTO, Armina Gegamini. Op. cit., nota 40, p. 64. Refere-se a autora ao paradigma comportamental aplicado aos cidadãos de andarem com os pertences ao seu maior domínio em público, investirem em segurança pessoal, seja em casa ou carros, até armarem-se de forma ilícita e irresponsável, gerando mais vítimas e mais fomento ao crime organizado.

⁴²PACHECO, Cid. Op. cit., nota 39, p. 162.

⁴³MARICATO, Erminia. Op. cit., nota 2, p. 82.

É precisamente este aspecto que consubstancia a dupla vitimização que o favelado sofre.⁴⁴ Na interação do jogo de poderes interpostos pelo Estado, de um lado, e pelo narcotráfico, de outro, resta ao favelado a esperança de poder sobreviver a cada dia e suportar, de ambos os confrontantes, as imposições de clientelismo e paternalismo que cada qual se justapõem para tornar aceitável as práticas vitimizadoras de um e de outro.

Assim, para fazer frente ao poder multifacetado do Estado, muitas das vezes são os próprios cidadãos das favelas que são *recrutados*, pelas *forças do narcotráfico*, para fazer parte do quadro de pessoal que ataca e vitimiza, muitas das vezes, seus próprios semelhantes. Pelo poder da coação das armas, de um lado, e do favoritismo empregado em políticas que o Estado, muitas das vezes – e por próprio estigma preconceituoso – não pode atuar, o poder paralelo surge e oferece, em troca de um pouco de dignidade humana, pequenas concessões, como objetos de consumo aos mais jovens ou necessidades básicas aos maiores, como hospitais e alimentos.

Em face disto, quando o dito *favelado* busca a força do Estado para socorrer-se de alguma privação, geralmente encontra no mesmo o descaso, a omissão e a falta de prazer em dispor o mesmo do próprio aparelho comunitário que, como o próprio termo diz, não é seu por excelência, mas da comunidade que o provém e sustenta. Neste sentido o papel do Estado tem sido muito mais o de um ator independente do que um agente coeso à sociedade, cujos olhos estão mais sobressaltados aos anseios próprios do que às necessidades de seu povo.

E quando procura o cidadão à lei para atender suas necessidades? Ainda que tenha a Constituição da

⁴⁴ São principalmente – ainda que não só – os de baixo que pagam a conta da insegurança pública, da violência mais grave, da criminalidade letal. Mesmo que, por ironia da história, uma das causas da criminalidade seja a própria estrutura que exclui tantos dos benefícios da cidadania. Os que estão na base da pirâmide sócio-econômica pagam duas vezes o preço das injustiças estruturais. GAROTINHO, Anthony. Op. cit., nota 28, p. 51.

República Federativa ao seu alcance (de infinito em distância para o pobre, analfabeto e alienado), raramente se respeita alguma dignidade, que praticamente dá origem ao Estado e o provém por meio dos mais variados tributos.⁴⁵

Com isto, mais uma dúvida urge: quais são os direitos infraconstitucionais ao *pobre, pardo ou negro e favelado*? O de ater-se ao silêncio frente aos fatos sociais e deixar que o direito penal sobrevenha ao caso concreto? Mas o direito penal não protege a vítima como se desejaria, *pari pasu* ao cuidar exaustivamente do acusado, do criminoso.⁴⁶

Neste sentido, a proteção legal da vítima se torna um imperativo, seja da favela ou da cidade num todo, de forma a oferecer a ela uma verdadeira *advocacia da vítima*, para também protegê-la e dar a ela o efetivo ressarcimento, ato já iniciado com a lei dos Juizados Especiais Criminais, pelos danos causados pelo criminoso. No entanto, a ressocialização do último, conforme abordado alhures, é tão importante quanto à proteção efetiva da vítima.⁴⁷

Atos estes que dependem do Estado para acontecer pra valer? *A responsabilidade não é dos políticos, mas nossa. Nós, formuladores, professores e estudantes temos uma responsabilidade com nosso tempo.*⁴⁸

⁴⁵ Qualquer ação em relação à vítima deve ser realizada em plena consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana. Mas que dignidade humana há se a vítima é simplesmente desprezada no Brasil? Vide CALHAU, Lélío Braga. Op. cit., nota 5, p. 232.

⁴⁶ A vítima sofre com o crime; é destratada com o atendimento, muitas vezes, em péssimas condições realizado nas Delegacias de Polícia; submete-se ao constrangedor comparecimento perante o Poder Judiciário na fase processual, e na quase totalidade das vezes, desacompanhada de um advogado ou de qualquer outra pessoa, encontrando-se, ainda, pelos corredores do fórum, com o acusado, temerosa de uma futura represália que lhe possa acontecer caso preste corretamente o seu depoimento. Nesse sentido, CALHAU, Lélío Braga. Op. cit., nota 5, p. 233.

⁴⁷ Arts. 74 e seguintes da Lei n.º 9.099/95.

⁴⁸ CAMARGO, Paulo Tonet. Op. cit., p. 116.

Deste modo, é preciso, na interação entre os agentes sociais, escutar a vítima da segregação espacial urbana, configurada na pessoa do *favelado*, desconstruindo os estigmas que pesam sobre sua dignidade e separando, tal qual o joio do trigo, os verdadeiros vitimizadores das vítimas, e tratar cada qual segundo sua anomalia, seja o criminoso no seu algoz, seja a vítima em seu sofrimento.⁴⁹

4.2 Os estigmas sobre a favela e seu habitante: desconstrução de idéias segregacionistas e vitimizadoras da sociedade

Inicialmente, ao fazermos nossas análises sobre as conseqüências do meio *favela*, não podemos tomar por acepção extrema o fato de que todos, Sociedade, Academia e Estado, reconhecem na mesma a existência de um *inferno em terra*. O que ocorreu, e acontece de fato, é a estigmatização da favela produzir o ranço de sentimento adverso do cidadão da cidade legal em face do *favelado*, como não-habitante de uma *cidade exclusiva*.

Neste sentido é que, quando tratávamos do estigma sobrecarregado na favela, estávamos – o tempo todo – tratando de um pensamento que consubstancia o pensamento da *massa*, da grande maioria (a dita *opinião pública*, feitas através da mídia e de alguns aparelhos do Estado). Postos os pingos nos *is*, seguimos então com o estigma social girado em torno da favela, e de como isto produz a vitimização exaustivamente vezes dita neste presente.

A palavra *estigma* vem dos estudos de ERVING GOFFMAN, renomado antropólogo e psicólogo social, que define o estigma como um atributo profundamente

⁴⁹ Ibidem, p. 117. Temos que pensar em um comportamento um pouco mais coletivo. Não podemos mais pensar em um comportamento individualista de inspiração calvinista e que só serve para eles.

depreciativo, consubstanciado num tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, assumindo contornos diversos, dentre eles o estigma sobre “as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade (...).”⁵⁰

Neste sentido é que podemos atribuir o sentido da palavra *estigma* dentro do nosso estudo. Uma vez que se produz uma idéia ou crença falsa sobre uma realidade que não se conhece por absoluto, cria-se então um estereótipo de discriminação e distinção por classe (pobres e ricos) e etnia (pardos e negros *versus* brancos), um ou outro e ainda a combinação de ambos, e faz-se uma criterização seletiva daqueles que tem direito à sociedade e dos que não têm direito a ela. Como se o próprio Direito fosse a margem criterizadora da dualização urbana e da caotização social.

Desta forma é que, já nos anos 70 do século passado, a *teoria da marginalidade urbana* foi colocada em questão, rumo à sua derrubada por terra. E de que forma foi elaborada a contra-regra? *Demonstrando a existência de semelhanças entre as favelas e os espaços populares, em termos de estrutura e práticas sociais.*⁵¹ Assim é que foi, com o passar dos estudos, confirmado que as favelas eram um *complexo coesivo, extremamente forte em todos os níveis: família, associação voluntária e vizinhança.*⁵²

No entanto, como repisou ERMÍNIA MARICATO, em sua obra, grande parte do estigma está associada numa sociedade de desigualdades como a nossa, do qual:

⁵⁰ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. p. 13.

⁵¹ RIBEIRO, Luiz César de Queiroz [et. al.]. *A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/FASE/UFRJ, 2000. p. 03.

⁵² BOSCHI, R. *Apud* RIBEIRO, Luiz César de Queiroz [et. al.]. Op. cit., nota 51, p. 03.

o conceito de violência está freqüentemente aliado à delinquência proveniente de marginais ou dos mais pobres. E reforça sua tese, quando assevera que se trata de conceito classista de uma sociedade que prioriza a defesa do patrimônio individual antes de priorizar, por exemplo, a integridade do trabalhador ou da criança.⁵³

4.3 A municipalidade campista vitimizadora de seu próprio povo

Em virtude de toda a situação acima demonstrada, e dos processos de segregação urbana já exaustivamente colocados, chegamos então à análise do município de Campos dos Goytacazes que, como tantas municipalidades, ou se omite ou não dá conta da inclusão social de seu próprio povo. Para isto, sem fins denunciativos, exporemos casos que retratam este triste contexto.

À primeira mão, em noticiário do periódico O MONITOR CAMPISTA, edição de 05 e 06 de setembro de 1999, é exposta a situação em que se encontra o desenvolvimento da cidade de Campos dos Goytacazes. Embora de data pouco recente, é salutar reforçarmos que a realidade dualista continua imperante, pois as *camadas mais humildes da população, no entanto, foram deixadas de lado* justamente com uma política urbana que privilegiou os comerciantes e cidadãos da elite *campista*.⁵⁴

⁵³ MARICATO, Erminia. Op. cit., nota 2, p. 77.

⁵⁴ MONITOR CAMPISTA. Desenvolvimento ou Segregação? Campos dos Goytacazes: *Jornal O Monitor Campista*. Edição de 05 e 06 de setembro de 1999. p. 06.

Num segundo material, produzido através de uma entrevista com a Prof^a. Dr^a. TEREZA PEIXOTO FARIA, no mesmo periódico, expõe-se os vários processos de segregação social ocorridos no ambiente das favelas *campistas* e que denotam, a todo instante, este estado de vitimização ocorrido entre os moradores destas comunidades. Segundo a Doutora, *o preconceito ainda está levando as pessoas a associar as favelas ao tráfico de drogas, onde as áreas mais violentas estão em locais onde se concentra um maior número de domicílios desocupados*,⁵⁵ o que indica que a vitimização é tamanha que os ambientes estão sendo deixados em face do estigma de *favelado* que se emprega a quem mora nestes ambientes. O que, certamente, traz o tráfico a este local, reforçando este caráter ideológico.⁵⁶

A força do tráfico e a dissociação com os moradores são tamanhas que *o fluxo migratório entre as favelas campistas se deve principalmente ao tráfico*. Tanto que *muitas comunidades tidas como violentas têm grande número de imóveis vagos. Como as pessoas não têm chance de subir na pirâmide social e buscar um lugar mais digno para viver, acabam buscando pelo menos tranquilidade e segurança em outros espaços segregados*.⁵⁷

Logo após, confirmando a reportagem através de visita à associação de moradores daquele local, constatamos que uma comunidade, peculiar na origem de sua formação, está com um processo segregatório mais

⁵⁵ MONITOR CAMPISTA. Op. cit., nota 54, p. 04.

⁵⁶ A Prof.^a Dr.^a Tereza Peixoto Farias assevera, após pergunta sobre o estigma do favelado, que *“talvez como hipótese possamos apontar que o morador de favela recebe uma carga ideológica de submissão e limitações tão forte, que em geral seus horizontes são bastante limitados. Não se trata apenas da inexistência de oportunidades, o que é incontestável. Creio que a maior barreira aos anseios dos chamados ‘favelados’, sobretudo aos jovens, refere-se à forma como são percebidos socialmente e à maneira como tais representações construídas pelo ‘outro’ ficam entronizadas em seus próprios valores que em geral reproduzem toda essa rejeição social.”* Vide MONITOR CAMPISTA, Op. cit., nota 32, p. 04.

⁵⁷ Passim.

forte ainda. Diz respeito, neste sentido, à Favela Margem da Linha, situada na saída de Campos dos Goytacazes, rumo ao Rio de Janeiro, pela BR-101. Naquele local passa uma linha férrea e, em seus lados, uma favela cresce em movimento retilíneo. Quando há problemas de chuvas, o local – perto do rio Ururaí – sofre com as enchentes e não encontra ajuda de ente governamental, a não ser por parentes, que de governo só tem por si mesmos.

A única providência que a municipalidade ousa dispor, em situações como essa, é a remoção das pessoas em locais de risco, e neste sentido muitas das favelas da cidade estão em locais de risco.

Ainda relatando sobre esta particular comunidade, afetada pela falta de estrutura básica e aparelhos urbanos, ainda que com mais de cinquenta anos existindo no local, há apenas uma avenida central abrigando casas mal construídas, sem placas de indicação das ruas nem numeração das respectivas casas e ausência de serviços básicos, como escola, creche, posto de saúde, praça e quadra esportiva.

Em função do que ocorreu lá e ocorre em todas as demais favelas, deve ser feito um verdadeiro movimento de dignificação daquelas pessoas, trazendo até elas os aparelhos estatais tão necessários para a sobrevivência de suas vidas e o exercício de uma cidadania efetiva a elas, regularizando fundiária e urbanisticamente a situação que elas se encontram, de forma a diminuir a vitimização ora encontrada nestes meios.

5. Conclusões

Ao percorrermos toda a trajetória pela qual passam as realidades urbanas do século passado e deste, percebemos que a negação de direitos de cidadania aos mais necessitados, tanto àqueles dos países centrais

quanto dos países periféricos (cada qual com o seu grau de densidade negativa) está crescente frente ao novo modelo de Estado concebido desde o início dos anos noventa, e do qual compromete todas as políticas públicas desempenhadas na sociedade, como um todo. Isto compromete de tal forma a dinâmica da inclusão do ser humano em sociedade que àqueles que estão na margem da sociedade nada mais resta senão encarar o fato como *natural* e inalterável, o que de fato não é bem assim que as coisas acontecem.

Deste modo, tomando como parâmetro os diversos agentes que interagem na sociedade, quando analisamos a interação existente entre o bandido, o *favelado* e o policial representando, respectivamente, o narcotráfico e o crime organizado, a favela e o Estado, vislumbramos o quão é paradoxo e contrastante os interesses e coligações que podem existir deste meio, tudo em função de provocar ainda mais vitimização daqueles que estão no lado mais fraco, ou seja, os que moram nestes centros de segregação urbana. Neste sentido é que o bandido pode não ser o tão *culpado* de seus atos, bem como o Estado pode não ser o tão *legítimo* em seu papel de provedor das políticas públicas à sociedade, sendo esta também não tão ligada à sua realidade de fato, por produzir uma mídia que a aliena e uma série de axiomas que unem o *favelado* ao bandido, a favela ao *inferno urbano*.

Com isto, podemos perceber a complexidade do problema na interação entre cada um dos agentes na cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, em função de uma política incorreta sob caixa cheio. Referimo-nos aqui à situação dos tributos e das participações governamentais do petróleo, que ajudariam ainda mais a municipalidade a crescer em desenvolvimento e qualidade de vida se a Administração Pública realmente fizesse valer o preceito de investir naquilo que é mais urgente, que é a reinserção daquele segregado na cidade legal.

Apesar de percebermos a riqueza que a municipalidade guarda consigo, não é de se assustar o quadro do Índice de Desenvolvimento Humano conste na posição acima de mil, refletindo, desde já, a carência que a cidade tem por uma ação mais inclusora e a desvitimização dos *favelados* da urbe *campista*. Assim, nosso trabalho prossegue, junto à Vitimologia, para descobrir, junto às possíveis alterações legislativas, a possibilidade de inserção do morador na favela ao *direito efetivo à cidade*, e à mesma num todo.

Referências:

BOSCHI, R. *Apud* RIBEIRO, Luiz César de Queiroz [et. al.]. *A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/FASE/UFRJ, 2000.

CALHAU, Lélío Braga. Vítima, justiça criminal e cidadania: o tratamento da vítima como fundamento para uma efetiva cidadania In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 8, jul/set 2000. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 229.

COSTA, Álvaro Mayrink da. *Raízes da sociedade criminógena*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

DAVIDOVICH, Fany. *Comentando o crescimento populacional do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002.

DEJOURS, Christophe. Sofrimento, trabalho, ação. In: *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ESCOBAR, Alceu Streher. Sociedade e violência. In: LEAL, César Barros [et. al.]. *Violência e vitimização: a face sombria do cotidiano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

FARIA, Teresa Peixoto. In: MONITOR CAMPISTA. Refêns do preconceito: pesquisadora da UENF atesta que favela não é sinônimo de violência. Campos dos Goytacazes: *Jornal Monitor Campista*. Edição de 23 e 24 de março de 2003.

FIGUEIREDO, Elizabeth. *Apud* KOSOVSKI, Éster. Globalização e vitimologia In: *Temas de Vitimologia*. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2000.

FIGUEIREDO, Pedro de Oliveira. A violência urbana e suas vítimas In: LEAL, César Barros. [et. al.] *Violência e vitimização: a face sombria do cotidiano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

GAROTINHO, Anthony [et al]. *Violência e criminalidade no Estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas para uma política democrática de segurança pública*. Rio de Janeiro: Hama, 1998.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

KOSOVSKI, Ester. Cidadania para a vítima. In: *Revista Tribuna do Advogado*. Rio de Janeiro: OAB/RJ, 2003.

_____. Uma nova ciência. In: *Revista Menorah*. n. 415, jan/94. Rio de Janeiro, 1994.

_____. KOSOVSKI, Ester. [et. al.] *Temas de vitimologia*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

LAGO, Luciana Corrêa. *Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e dasegregação urbana*. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/anpur2003_lago.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2003.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARX, Karl. Manifesto Comunista In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1999.

MENDELSON *Apud* OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. *A vítima e o direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MIOTTO, Armida Gergamini. Vítimas da violência nos grandes centros urbanos: o medo continuamente estimulado. In: *Fascículo de Ciências Penais*, ano 5, v.5, nº. 4, out/nov/dez 1992. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

MONITOR CAMPISTA. Desenvolvimento ou Segregação? Campos dos Goytacazes: *Jornal O Monitor Campista*. Edição de 05 e 06 de setembro de 1999.

OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE. Favelas/Comunidades de Baixa Renda no Município de Campos dos Goytacazes, boletim nº. 05, agos./2001. Campos dos Goytacazes: Observatório S. R. N. Fluminense, 2001.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. *A vítima e o direito penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

PACHECO, Cid. Vitimidação – A vítima e a mídia. In: KOSOVSKI, Ester. [et. al.] *Temas de vitimologia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz, [et al]. *A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ANPOCS/IPPUR-UFRJ, 2000.

SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. *Descentralização e poder municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. Petróleo, royalties & região, boletim ano 1, nº.1, set/2003. Campos dos Goytacazes: UCAM/Cidades, 2003.